

Passado ameaça mais gente

FERNANDA GUZZO E

FERNANDA ODILLA

DA EQUIPE DO CORREIO

As denúncias que pesam contra Gim Argello (PTB), suspeito de ter cometido atos irregulares como suplente de senador, levantaram uma nova discussão no Senado. Caso prevaleça a tese de que senadores podem responder a processos por quebra de decoro por atos anteriores a seus mandatos, pelo menos nove parlamentares precisariam ser investigados pela Casa. Levantamento feito pelo **Correio** no Supremo Tribunal Federal (STF) revela que quatro tucanos, três peemedebistas, um petebista e um filiado ao PR respondem a inquéritos ou ações penais acusados de crimes que teriam ocorrido antes de ganharem a eleição e, conseqüentemente, o foro privilegiado.

Os parlamentares são suspeitos de terem cometido crimes previstos no Código Penal como peculato, corrupção passiva e gestão fraudulenta, bem como irregularidades em campanhas eleitorais (veja quadro). Os nove senadores já respondiam a processos criminais na primeira instância da Justiça ou estavam sendo investigados pela polícia antes de conquistarem uma cadeira no Senado. Quando se elegeram, as ações e inquéritos foram para o STF, onde eles desfrutavam de foro privilegiado. Agora, podem se articular para poupar Gim Argello e eles mesmos de investigações na corregedoria e no Conselho de Ética.

“Se tem uma pessoa que entra com a asa quebrada, ou seja, deixou de ser anjinho antes de conquistar foro privilegiado, for investigada pelo Senado, será preciso resgatar os processos de todos os que estão na mesma situação”, defende o cientista político David Fleischer, professor da Universidade de Brasília (UnB).

Inquéritos

Na lista dos nove senadores que compartilham da mesma situação de Gim Argello, dois são integrantes do Conselho de Ética: Valdir Raupp (PMDB-RO) e Marconi Perillo (PSDB-GO). Raupp não fala sobre as ações contra ele por crime contra a administração pública, peculato, crime contra o sistema financeiro nacional e gestão fraudulenta de instituição financeira. Perillo responde a três inquéritos na alta Corte, relacionados com sua gestão no governo de Goiás. Para ele, “é normal processos diante do tempo em que governou o estado”.

O também tucano Cícero Lucena (PB) é investigado em dois inquéritos diferentes por crime contra a administração pública. Assessores dizem que Lucena não comenta os processos porque tramitam em segredo de Justiça. Já Lúcia Vânia (PSDB-GO) foi acusada de desvio de verba para financiar a própria campanha, quando concorreu à Prefeitura de Goiânia. Contra Mário de Couto Filho (PSDB-PA) também existe uma investigação por crime eleitoral.

No caso de Mão Santa (PMDB-PI), investiga-se a gestão do peemedebista à frente do governo do Piauí. No final de

2006, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, apresentou denúncia ao Supremo por contratação de assessores fantasmas, em 1998. “A responsabilidade do senador foi imputada equivocadamente, porque não efetuou nenhum dos atos citados”, argumenta o advogado José Rollemberg Neto.

Alguns respondem a processo com mais de 15 anos de tramitação nos tribunais. O exemplo é do ex-presidente Fernando Collor (PTB-AL), que responde a inquéritos por fatos que ocorreram antes de seu mandato de senador — um deles

data de 1993, um ano após seu impeachment. Collor ainda é investigado por crime contra a ordem tributária, contra a administração pública, corrupção passiva e peculato. O senador alagoano não foi localizado para falar sobre as investigações.

Há também parlamentares que estão no banco dos réus, à espera de sentença. Eles respondem a ações penais, porque a Justiça recebeu a denúncia do Ministério Público Federal e deu início ao julgamento. Nessa lista estão Valdir Raupp (PMDB-RO), João Ribeiro (PR-TO) e Neuto de Conto (PMDB-SC).

CINCO ESTÃO NO CONSELHO

Pelo menos 14 senadores são alvos de processo ou investigação criminal no Supremo Tribunal Federal, se consideradas as ações abertas antes e depois de os parlamentares se elegerem. Cinco deles são do Conselho de Ética: Demostenes Torres (DEM-GO), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Marconi Perillo (PSDB-GO), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Wellington Salgado (PMDB-RO).